

Centrão vence e força mudanças

Obstrução da esquerda foi insuficiente para negar quorum à votação

GIVALDO BARBOSA

O Centrão conseguiu 290 votos para sua proposta de regimento interno da Constituinte, aprovando o projeto Roberto Cardoso Alves, que exige submeter à maioria absoluta cada dispositivo da Comissão de Sistematização. Os progressistas não conseguiram retirar do Plenário constituintes em número suficiente para negar quorum à votação. Foi assim que, na sessão matinal da Assembleia Nacional Constituinte, o Centrão mostrou que é maioria e jogou no lixo, literalmente, o regimento original defendido pela esquerda. A votação deveria ser completada, à tarde, com os pedidos de destaque apresentados, mas essa sessão foi cozinhada em fogo brando porque, nos bastidores — particularmente no gabinete do deputado Ulysses Guimarães — já se costurava um novo acordo. Ele se materializaria em um projeto de resolução da Mesa da Constituinte, que incorpora as principais sugestões do Centrão, em particular a preferência automática para as emendas que alcancem 280 assinaturas de apoio, mesmo não se afastando muito do acordo que fora delineado na quarta-feira.

Falha o primeiro acordo

Uma segunda discussão. Parecia ser esta a fórmula mágica do acordo, encontrada em meio ao clima tenso que se instalou durante toda a sessão da manhã de ontem, quando estava sendo votada a proposta do Centrão, de mudança do Regimento Interno. O acordo tão perseguido nas últimas semanas estaria começando.

A tática era a seguinte: votava-se a emenda do Centrão e, numa sessão seguinte, seriam votados os destaques apresentados por diversos partidos. Durante esta sessão, seria apresentada uma lista de assinaturas pedindo uma segunda discussão. Isso significava que a Mesa apresentaria um destaque a ser votado e, justamente, sobre o ponto que gerou a maior polêmica nos últimos dias: a possibilidade de se votar os pedidos de preferência ratificando as assinaturas.

O acordo até anteontem não foi fechado porque, entendendo os membros do Centrão, que as assinaturas já justificavam a votação da matéria em questão. Desde o início, o senador Mário Covas marcou posição em favor da votação dessas preferências, porque, segundo ele, 280 assinaturas não significam 280 votos. E sobre isso não houve a menor possibilidade de entendimentos.

Mas a tese da "segunda discussão" foi acatada até pelo mais intransigente dos membros do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Durante o tumulto da votação, Cardoso Alves não só afirmou que votaria o pedido como admitiu defender a proposta. "Vamos votar agora a emenda do Centrão, suspender a sessão e depois conversar", disse o deputado paulista argumentando que tomaria essa atitude se ela fosse necessária ao entendimento, "desde que não haja prejuízo da maioria".

Cardoso Alves também afirmou que estava disposto a negociar. Mas seria

preciso uma negociação "com os espíritos mais desarmados". Para ele, o momento não era dos mais favoráveis: "Isso aqui é negócio de louco, é negociar num terremoto".

Para que se chegasse a este "consenso", foi preciso até a participação do assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves. Ele, Cardoso Alves, o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Nelson Jobim encarregaram-se de divulgar a tentativa de acordo encontrada. Para o assessor palaciano, a emenda do Centrão, tal como fora redigida não atenderia nem mesmo aos interesses do grupo.

Quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, assumiu os trabalhos da Mesa, momentos antes de se processar a votação, ele mesmo se encarregou de divulgar oficialmente ao plenário, a tentativa de acordo. Confiante, ele apelou para que a votação se procedesse naturalmente e à tarde, a Mesa destacaria uma proposta a ser votada.

A proposta foi bem recebida por alguns parlamentares de esquerda, responsáveis pela retirada dos constituintes do plenário, durante a votação da emenda Centrão. Entre eles, o senador Mário Covas que garantiu a presença durante a votação do destaque da Mesa. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) afirmou que "dependendo do que a Mesa apresentar poderemos retornar ao plenário". Também garantiu a presença do MUP (Movimento de Unidade Progressista, ala esquerda do PMDB) durante a votação do destaque da Mesa, o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR).

Só não agradou mesmo ao Partido dos Trabalhadores. O deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que essa votação significaria um acordo com os membros do Centrão e isso ele não aceitava.



José Lourenço levanta os braços, o "Centrão" começa a comemorar: era o 280º voto para sua proposta

Na mais longa chamada nominal, 290 dizem sim

Foi a chamada nominal mais longa da história da Constituinte, que em uma hora e vinte minutos revelou a vitória do Centrão sobre a vontade dos progressistas. O resultado — 290 votos sim, contra 16 não e três abstenções — foi anunciado abaixo de valas das galerias, palmas do plenário centrista, uma "chuva" de cédulas, moedas, papel higiênico, pedaços de pano e tudo mais que podia ser oferecido pelos sindicalistas, que assistiram ao final da sessão, como forma de "pagamento" àqueles que passaram a ser chamados de "comprados". Independente das reações posteriores, estava aprovado o substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), que propõe alterações no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

A votação da matéria, mediante chamada nominal dos 559 constituintes, só começou ao meio-dia, duas horas depois do início da sessão. Nesta hora, o plenário já não contava com boa parte da bancada do PMDB, que se retirou atendendo orientação do líder Mário Covas (PMDB/SP), nem com os parlamentares dos partidos de esquerda. Na tentativa de não dar quorum suficiente para aprovação do substitutivo (280 presentes) e também se negando a participar do que consideraram um "embuste", eles optaram pela ausência do recinto. Até o 2º secretário da Mesa, senador Mário Maia (PDT/AC), que realizava a chamada nominal, abando-

u sua tarefa no 153º nome (Irapuan Costa Jr.). Ele foi substituído pelo 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), que também se retirou antes que chegasse a sua vez de responder à chamada, dando lugar ao 3º secretário, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que já havia estado ausente. Faria de Sá e a deputada Dirce Tutu Quadros foram os únicos do PTB a não seguir as determinações centristas de seu líder Gastone Righi.

Desde que a sessão foi aberta, todos os pronunciamentos se voltavam para a matéria em pauta. A primeira intervenção, em questão de ordem, partiu do deputado José Genoíno (PT/SP), que exigiu da Mesa a verificação de quorum, pelo visível esvaziamento da sessão. O centrista Roberto Jefferson (PTB/RJ) aproveitou para contradizer os argumentos de Genoíno e acusar as obstruções de "manobras antidemocráticas". Como primeiro orador do pinga-fogo, que durou 45 minutos, o deputado petista voltou a pedir verificação de quorum, respaldado pela deputada Rose de Freitas (PMDB/ES).

VIOLÊNCIA

O horário destinado às comunicações de lideranças, que começou às 11h05, também registrou manifestações contrárias e favoráveis ao substitutivo do Centrão. Bastante exaltado, o deputado Amaral Netto (PDS/RJ) foi o primeiro líder a falar, dizendo que a

imprensa distorceu suas palavras, mas que estava pronto a revidar a violência com violência. Ao finalizar foi enfático: "Vamos votar e quem ganhar é o dono da democracia".

Também disposto à briga e tentando convencer o plenário que o Centrão não representa a direita, o deputado Messias Soares, ex-PMDB/RJ, agora do Partido Trabalhista Renovador (PTR), disse que é pequeno, mas caçaque e guerreiro. Já os líderes Florestan Santana (PCB), Florestan Fernandes (PT) e Brandão Monteiro (PDT) revidaram a violência proposta pelos centristas com uma alerta à gravidade do momento sócio-político brasileiro. O deputado petista citou a definição de Rosa de Luxemburgo para a democracia: "É o respeito da maioria pela minoria".

"No nosso caso", ressaltou Fernandes, "a minoria tem que respeitar o direito da maioria dos trabalhadores, dos desempregados, dos despossuídos". Ulysses Guimarães, ao assumir a presidência da Mesa às 11h40, fez um apelo ao "controle" dos parlamentares. "Eu sei muito bem que política é paixão, emoção e tensão. Mas seria muito mais produtivo o nosso trabalho sem as manifestações compreensíveis, mas não justificáveis, de explosão". Prometeu que as negociações iriam prosseguir após a votação do substitutivo de Roberto Cardoso Alves, buscando a aprovação de destaques de emendas à matéria votada.

Apesar dos testes, voto foi nominal

Apesar dos sucessivos testes a que foi submetido, o sistema de votação eletrônica construído especialmente para a Assembleia Nacional Constituinte não funcionou ontem, na primeira votação para a qual estaria, pelo menos teoricamente, pronto e acabado. Desta vez não foi nenhum motivo de ordem técnica que impediu sua utilização, levando o presidente Ulysses Guimarães a fazer a chamada nominal dos votos — consumindo mais de uma hora da tumultuada sessão. Foi a absoluta falta de confiança no sistema.

O presidente da Constituinte não quis se arriscar, numa votação importante como era a das modificações no regimento interno da Assembleia, a ver repetidos os erros que aconteceram inúmeras vezes na Comissão de Sistematização — quando muitos parlamentares reclamaram que mesmo votando sim, o computador registrou não e vice-versa. Um engano qualquer deste nível poderia tornar a confusão reinante ainda maior e a tecnologia foi abandonada em favor do velho e seguro sistema de votação pessoal, em alta e bom som.

Outro dos temores de Ulysses Guimarães, embora não declarado, era a do retorno de uma prática comum em legislaturas anteriores: a da votação dupla — ou "planismo". Embora o novo sistema obrigue o parlamentar a manter ambas as mãos ocupadas enquanto o computador registra seu voto, é possível votar em duplicidade — e isto foi provado pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP).

"Isto representou um gasto completamente inútil", disse Righi, concordando com a utilização da chamada nominal de votação utilizada ontem. Um novo ação à fala, o deputado mostrou como, com o uso de um pequeno pedaço de fita adesiva, ou um pedaço de papel, ou um pedaço de fita adesiva, o "planista" poderá votar por um colega. Prendendo um dos botões com estes artifícios, o parlamentar liberaria facilmente a outra mão para votar por outro, ao mesmo tempo. A única complicação acrescentada no novo sistema é o número de código de cada parlamentar, o que não é segredo para ninguém.

"Só haveria uma maneira de tornar o sistema seguro, que seria a utilização de cartões magnéticos como são os utilizados pelo sistema bancário", afirma Righi.

Revolta da esquerda vai além da retirada

Quando o senador Mário Covas, durante reunião realizada ontem pela manhã com a ala progressista do PMDB, resolveu colocar em prática o último recurso para mostrar seu desagrado com a emenda do Centrão — a retirada em massa dos parlamentares do plenário, no momento da votação — ele ajudava a tese dos partidos de esquerda que já estavam decididos a não presenciarem a aprovação do novo substitutivo do Regimento Interno.

Momentos antes da votação, o senador saiu do seu gabinete e se dirigiu ao Plenário, para comandar a retirada dos constituintes durante a votação. "Há uma maioria que vai votar o projeto e este é tão inaplicável para nós, que não subscreveremos essa aprovação", justificou sua atitude, ao conduzir até a Comissão de Relações Exteriores, da Câmara dos Deputados, diversos parlamentares do seu partido para uma reunião por ele convocada. A reunião que aconteceu simultaneamente à votação do projeto do Centrão serviu para que os progressistas do PMDB avaliassem como seriam conduzidas as apresentações de emendas.

Muitos parlamentares, de esquerda, consideram "conseqüente" a posição de Covas. Para o deputado Nelson Friedrich (PMDB/PR), o senador tentou até o último momento, o entendimento e, a retirada de Plenário, embora fosse uma possibilidade a ser considerada, só seria colocada em prática como um último recurso "emergencial". Segundo afirmou o deputado paranaense, tudo o que ocorreu é válido

"porque agora nós sabemos quem é quem no PMDB". Ele explica que o confronto se daria nas votações de mérito, durante as sessões do plenário da Constituinte, mas foi antecipado, "explicitando toda uma realidade".

A retirada já vinha sendo defendida pelos partidos de esquerda, especialmente o PT, que já jamais admitiu a hipótese de um acordo com os integrantes do Centrão. Desde o início da sessão de ontem pela manhã, a obstrução foi tentada, através do deputado José Genoíno (PT/SP), que alegou falta de quorum e pediu suspensão dos trabalhos. Foi inútil.

Mas o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT/SP) afirmou que seu partido "ainda não havia formalizado uma decisão de obstrução", o que não impedia de ocorrer. Na primeira hora dos trabalhos, segundo Plínio, a tática era "fustigar o adversário", e justificou: "Na guerra, as patrulhas, primeiro, ficam fustigando o adversário para ver sua reação". Mas as baterias ainda estão chegando, avisou. Durante toda a votação, num canto do Plenário e com uma lista de todos os nomes dos constituintes, Plínio computou os votos de cada parlamentar.

Também os integrantes do MUP (Movimento de Unidade Progressista, que reúne a esquerda do PMDB) desde a quarta-feira passada, quando então seria votado o Regimento Interno, já haviam decidido ausentar-se do Plenário durante a votação. Um dos líderes do grupo, o deputado Domingos Leonelli (PMDB/BA) elogiou a atitude de Mário Co-

vas e disse que "agora, temos que andar juntos com o senador e com o PMDB". afirmou que a luta em cima das emendas vai continuar, para se tentar até o fim, a negociação. Se não for possível o entendimento, disse Leonelli, então o MUP deverá adotar uma posição mais radical que é a de examinar a validade de sua participação ou não dentro da Constituinte. Para ele, as esquerdas precisam se unir para trabalhar junto ao PMDB. Leonelli lembra que Covas tentou até o último instante, acompanhar o deputado Ulysses Guimarães numa posição de se votar somente aquilo que fosse possível, o que se tornou inviável.

PROTESTO

Os deputados petistas não pretendem parar por aí. O protesto contra o Centrão deve se estender e o PT já ameaça não assinar a nova Carta Constitucional. José Genoíno afirmou que não admite qualquer forma de acordo e ameaçou se retirar de qualquer sessão, mesmo quando estiver sendo votada uma emenda de consenso, se isso significar um entendimento com o Centrão. "Deixa eles assumirem a responsabilidade perante a Nação", era o que mais afirmava o deputado petista ao se referir ao Centrão como o responsável pela elaboração de uma Constituição atrasada.

Já o deputado Leonelli acredita que não assinar a futura constituição do País representa uma atitude perigosa. Para ele, isso não trás proveitos à democracia. Por outro lado, admite seguir a posição do PT, "se a direita inviabilizar o processo constitucional".



Covas e Jobim à frente, a esquerda sai